

DA FRATERNIDADE REPUBLICANA À IMAGINAÇÃO IMPERIAL: USOS E ABUSOS DO LUSO-BRASILEIRISMO COMO DISCURSO POLÍTICO

ISABEL CORRÊA DA SILVA*

1. A RESSACA DE FIM DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

Quando, há mais de dez anos atrás, comecei a interessar-me pelo estudo das relações entre Portugal e o Brasil deparei com uma espécie de vazio historiográfico no período que separa o entorno da independência brasileira e os anos 20 já do século XX. E, no entanto, quanto mais lia e investigava sobre o tema, mais me apercebia o quanto das reconfigurações da ideia imperial portuguesa se mantiveram sustentadas em paradigmas herdados do decompuesto império luso-brasileiro, não só através da tradição, mas também da imaginação. Na minha pesquisa de doutoramento, que culminou na tese *Espelho Fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX* (2013) que tive a honra de ver premiada com o prémio Vítor de Sá, concentrei-me na dimensão republicana dessa imaginação imperial e consequentemente foquei-me sobretudo nas duas décadas que medeiam os adventos das repúblicas brasileira e portuguesa, 1889 e 1910, respetivamente.

Depois da implantação da República no Brasil, em Portugal os republicanos da propaganda inventaram a retórica da fraternidade luso-brasileira para exaltar os ânimos nacionais com o exemplo da emancipação política dos irmãos de além-mar. Mas sempre foi demais evidente que o luso-brasileirismo não foi apanágio dos republicanos, antecedeu-os e sucedeu-os em muito. É sobretudo sobre o *depois* que se debruça esta reflexão. Designo por luso-brasileirismo as várias evocações e utilizações retóricas de uma suposta ligação especial entre Portugal e Brasil. É um conceito que se sustenta numa certa semântica oitocentista comprometida com o próprio princípio da afirmação das nacionalidades. Poderia ser entendido como sinónimo de brasilofilia se o passado colonial que une os dois países em questão não o obrigasse a ser mais que isso. É, pois, um conceito que abarca fundamentos básicos e objetivos da lógica política das relações internacionais, das redes migratórias, da diplomacia cultural e das dinâmicas económicas que regem as afinidades e as rivalidades entre Estados, mas um conceito que abarca também princípios mais subjetivos que se situam no campo da emotividade, do simbólico, da imaginação. De forma mais ou menos explícita,

* Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais. Email: isabelcorreadasilva@ics.ulisboa.pt. Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva (Prémio 2013).

com maior ou menor grau de consciência por parte dos atores, o luso-brasileirismo aqui entendido e analisado corresponde à convocação da soma daquelas dimensões num discurso com fins políticos, cujas motivações e objetivos foram variando ao longo do tempo e das circunstâncias em que foi sendo utilizado.

Se já em 1797 D. Rodrigo de Sousa Coutinho pressagiava que «Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província da Espanha»¹, no período que antecedeu e anunciou a independência do Brasil esse temor ganhou outras proporções. Depois do facto consumado em 1822, o espanto teve de dar lugar à resignação. Mas os acontecimentos de 1822 não retiraram o Brasil do mapa político português. Bem pelo contrário. Na verdade, durante grande parte da primeira metade do século XIX, o Brasil ocupou um lugar central em quase todas as equações da política interna e externa portuguesa, com o jogo dinástico a manter-se sempre em aberto até à morte de D. Pedro IV, em 1834², com o sonho do estabelecimento de um acordo comercial sempre na mira — tentativas concretas e falhadas em 1826, 1836 e 1840³ —, com as questões relativas ao tráfico dos escravos entre o Brasil e as possessões portuguesas em África a marcarem impositivamente a agenda diplomática portuguesa e luso-brasileira⁴.

A partir das décadas de 40 e 50 do século XIX, a procura de *novos brasis em África*⁵ recuperou em força a herança colonizadora do lado de lá do Atlântico para sustentar ou refutar projetos de ocupação e exploração das possessões portuguesas em África, inclusive através da procura de *expertise* brasileira para aplicação na colonização agrícola militar em territórios como o de Angola⁶. Na década de 60, a «questão ibérica» voltou a pôr em evidência a pertinência de discutir a viabilidade de Portugal como nação pequena e independente⁷. E a *corrida para África* encetada em força na década de 80 obrigou a recolocar a questão colonial no centro da agenda política e debaixo de mais apertada atenção por parte da opinião pública⁸. Paralelamente a um reanimado investimento em campanhas de exploração do *hinterland* africano e a negociações diplomáticas, foi ganhando força a convicção de que, afinal, os territórios ultramarinos podiam ser o garante da viabilidade do presente e do futuro de Portugal — mesmo que se não diretamente, pelo menos pela margem de negociação que concediam à gestão de alianças no contexto de rivalidade e disputa das potências internacionais⁹. O trauma do Ultimato Inglês de 1890 veio provar a natureza

¹ COUTINHO, 1993: 48.

² PAQUETTE, 2013.

³ MAGALHÃES, 1997; CASTRO, SILVA, SARMENTO, eds., 2006.

⁴ FERREIRA, 2012; MARQUES, 1999.

⁵ ALEXANDRE, 2000.

⁶ OLIVEIRA, 2020.

⁷ CATROGA, 1985.

⁸ ALEXANDRE, 2004.

⁹ BELL, 2016.

fatalmente quimérica dos *brasis em África*. A marcha de ressentimento que se lhe sucedeu — «A Portuguesa» — deu letra de forma a esse despertar traumático: seria a «memória» dos «heróis do mar», dos «egregios avós», que viria levantar o «esplendor de Portugal» e levá-lo «à vitória». Seria pela voz desse passado que «deu novos mundos ao mundo» que se bradaria «à terra inteira» que «Portugal não pereceu»¹⁰. Mais tarde, em 1910, a elevação de «A Portuguesa» a hino nacional (já despojada do seu original teor anglófono) assim como a adoção da esfera armilar em complemento ao escudo das armas nacionais do novo regime selaram essa espécie de pacto entre passado e futuro, através do qual se abraçaria um novo tipo de consciência imperial, aparentemente restabelecido da ressaca da perda do Brasil, mas ainda simbolicamente legitimado entre a saudade e a utopia do Brasil.

2. A POLITIZAÇÃO DA FRATERNIDADE LUSO-BRASILEIRA: REPUBLICANOS VERSUS MONÁRQUICOS

No arranque da década de 90 do século XIX, a implantação da República brasileira voltou a colocar o Brasil no centro dos debates da opinião pública em Portugal. Um ano depois, a 31 de janeiro de 1891, a primeira intentona republicana fez-se na Câmara Municipal do Porto, debaixo de uma bandeira evocativa dos acontecimentos americanos de poucos meses antes. O ato foi mais do que simbólico: a conspiração que levava ao golpe português desenvolvera-se ao longo do ano anterior nas casernas recorrendo ao exemplo brasileiro para incentivar os militares portugueses a tomarem papel ativo na arena política, tal como os irmãos do Brasil haviam feito. Logo em finais de 1889, as reações da imprensa republicana às notícias da implantação da República no Brasil haviam sido no sentido de louvar o suposto vínculo entre nação e exército. Poucos dias após da revolta, o jornal «Os Debates» escrevia: «o seu dever [do exército] é fazer respeitar a vontade soberana da nação. Colocando-se ao lado do povo, contra o império, o exército brasileiro deu uma prova brilhante do seu patriotismo»¹¹. Em Portugal, desde a guerra civil que o militarismo estava enterrado e adormecido. Os militares não tinham qualquer tipo de espírito de corpo e, faziam, na verdade, uma vivência essencialmente civil. E, no entanto, os acontecimentos brasileiros trouxeram a questão da intervenção política dos militares de regresso às páginas dos jornais. Com as fações republicanas a enfatizarem um discurso de exaltação do papel patriótico das forças militares nos destinos da nação¹².

O surto de comoção patriótica do Ultimato incorporou o exemplo do Brasil na retórica latinofilista e antibritânica que se desenvolveu por essa altura. Face à humilhação a que Portugal fora sujeito pela Inglaterra, figuras como Teófilo Braga

¹⁰ Sobre a crise moral que recaiu sobre o Portugal de fim de século veja-se: MATOS, 2007.

¹¹ «Os Debates», 1889.

¹² SILVA, 2012.

e Latino Coelho clamavam pelo «restabelecimento da confederação dos povos latinos», herdeiros do verdadeiro «espírito da ocidentalidade» que tinha a sua extensão natural no continente americano onde o governo moderno, a República, era já uma realidade¹³. Afinal a «pequena nacionalidade portuguesa» havia produzido «dois monumentos colossais: *Os Lusíadas* e o Brasil», lia-se nos jornais¹⁴. O ano de 1890 foi de enorme agitação e de debate inflamado: nas ruas, nos jornais, no parlamento. No dia 15 de novembro, as celebrações do primeiro aniversário da República brasileira foram ocasião para carregar na tecla de que a revolução era o único reparo para a humilhação infligida pela Inglaterra e a única via para a verdadeira regeneração do país. Em artigo da «Republica Portuguesa» João Chagas fazia profetismos: «o historiador terá de tornar inseparáveis estes dois acontecimentos: a revolução brasileira e a revolução portuguesa»¹⁵. No Porto, os republicanos juntaram-se todos num banquete a comer «pastéis à Quintino Bocaiuva; fatias de vitela à Rui Barbosa; maionese de lagosta à Floriano Peixoto; peru à Deodoro da Fonseca; couve-flor à Silva Jardim; pudim à Américo Braziliense; geleia à Saldanha Marinho; morangos com creme à Aristides Lobo» e a fazer brindes à República portuguesa¹⁶.

A dinâmica de indignação pós-Ultimato foi geral por todas as grandes cidades do país. Mas o Porto e Coimbra tiveram de facto dinâmicas próprias que incluíram apelos diretos às forças militares e o empolgamento das juventudes académicas e militares — tal como se havia passado na Escola Vermelha do Rio de Janeiro com as chamadas «mocidades científicas» do exército¹⁷. Tudo isto dando forma a um ambiente subversivo e de conspiração a que as baixas patentes do exército vieram dar corpo e uma ação concreta na intentona da madrugada de 31 de janeiro de 1891, momento no qual na varanda da Câmara Municipal do Porto, à falta de outro símbolo para marcar visualmente a vitória da República, os revoltosos ergueram a bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro¹⁸. Faltou-lhes um general como Deodoro da Fonseca e chefias partidárias prontas a arriscar. O malogro da intentona de 31 de janeiro (e o longo e mediático julgamento dos implicados — muitos dos quais seguiram para o exílio no Brasil) assim como o rumo de instabilidade e radicalismo seguido pelos governos militares de Floriano Peixoto no Brasil levaram a que a rapidamente as referências ao Brasil desaparecessem da cronística republicana do 31 de Janeiro. Mas talvez a data tenha sido a primeira ocorrência consequente deste tipo de moderna instrumentalização política do conceito de fraternidade luso-brasileira.

¹³ *Liga para a confederação dos povos latinos*, 1890: 1.

¹⁴ *Saudação á Republica dos Estados Unidos do Brasil*, 1890: 1.

¹⁵ CHAGAS, 1890: 1.

¹⁶ *Saudação á Republica dos Estados Unidos do Brasil*, 1890: 1.

¹⁷ CASTRO, 2000.

¹⁸ MONTALVOR, 1935: 360.

Deste momento em diante e até à implantação da República em Portugal em 1910, os republicanos portugueses mantiveram-se sempre atentos aos destinos da República brasileira e do seu exemplo fizeram explícitos e variados usos políticos. Instrumentalizaram o que puderam, aprenderam o que souberam, imitaram e recusaram o que lhes foi mais conveniente. A partir de um jogo de espelhos tendencialmente — mas nem sempre deliberadamente — viciado, o modelo da «República irmã» serviu de forma ativa a propaganda de oposição ao longo das últimas duas décadas de vida da Monarquia portuguesa.

Mas os republicanos não tiveram o papel exclusivo da construção desta retórica luso-brasileirista de fim de século. A reconfiguração de uma certa consciência imperial brotou de dentro do espectro da cultura política liberal — monárquica ou republicana — e foi uma subjetividade que se foi desenvolvendo ao longo das últimas décadas da Monarquia. Na verdade, os africanistas foram maioritariamente devotos realistas. A Sociedade de Geografia de Lisboa nunca abandonou o seu *élan* de instituição monárquica (mesmo quando foi presidida pelo republicano Consiglieri Pedroso). Em 1907, o príncipe Luís Filipe foi o primeiro herdeiro de um trono europeu a visitar os territórios coloniais em África¹⁹. E para 1908 planeava-se uma aparatosa visita do rei D. Carlos ao Brasil. Já não sendo o Brasil uma colónia pode parecer descabido integrar o plano desta viagem no arrolamento de provas da consciência imperial da Monarquia portuguesa. Mas não é. A reintrodução do Brasil no discurso político português deve ser compreendida à luz da emergência de um tipo de patriotismo cultural que abrirá caminho ao nacionalismo do século XX. À diferença do patriotismo cívico, este novo tipo de patriotismo cultural permitia alargar significativamente as fronteiras do espaço simbólico onde concretizar a regeneração pátria. Permitia pensar Portugal já não apenas como um país atrasado e decadente lutando contra a sua pequenez numa arena dominada por ambiciosas e modernas potências. Mas como um «Portugal Maior». Tanto no espaço como no tempo. Maior porque possuidor de um vasto império colonial (presente e pretérito). Maior por ser nação «valente e imortal», como se cantava em «A Portuguesa». O patriotismo cultural autorizava que em 1908 se pudesse dizer sem má consciência patriótica que «é no Brasil que está hoje a alma de Portugal»²⁰. Frase que explicitamente se dirigia à comunidade de emigrantes portugueses no Brasil, mas que tinha também implícita a ideia do Brasil como caução simbólica e imaginária de uma representação engrandecida de Portugal.

A colónia portuguesa no Brasil, em particular as comunidades de algumas cidades de maior desenvolvimento urbano como São Paulo e Rio de Janeiro, era reputada

¹⁹ A. VICENTE, A. P. VICENTE, 1998; VICENTE, GOMES, 2018.

²⁰ BOAVENTURA, 1908: 96.

pela sua organização cívica e política internas. Produtora de um discurso saudosista sobre si própria, com o objetivo indisfarçável de se distinguir das restantes colónias de estrangeiros, esta comunidade de emigrantes nunca se desvinculou totalmente de uma herança imperial, a partir da ideia de partilha de uma genealogia cultural comum com o seu país de acolhimento. Em inícios do século XX, uma parte importante da elite desta colónia deixou-se seduzir pelo projeto de governo do rei D. Carlos e do seu ministro João Franco e assumiu um engajamento político que até então lhe era desconhecido — ao ponto de, em 1907, 30 000 portugueses residentes no Brasil terem enviado uma enfática mensagem de apoio a João Franco, mensagem essa que está na origem do termo «talassa» que depois ficou na política e na cultura portuguesa como sinónimo de monárquico. Este eixo de engajamento político transnacional criado entre o franquismo em Portugal e a colónia portuguesa no Brasil esteve na base do nascimento de uma outra via, paralela e rival à republicana, de politização do discurso da fraternidade luso-brasileira²¹.

A tal ponto esse discurso se afirmou dominante que se transformou no único ponto de convergência possível entre grupos políticos tão antagónicos como a partir de certa altura se tornaram os republicanos e monárquicos portugueses emigrados no Brasil. Esta desunião interna da colónia portuguesa no Brasil acentuou-se particularmente depois do regicídio de 1 de fevereiro de 1908, a partir de quando a imprensa e as movimentações dos clubes e de grupos de civis nas ruas se foi radicalizando de ambos os lados ao ponto de amiúde obrigar à intervenção das autoridades brasileiras. Às vésperas da I República, a comunidade de portugueses no Brasil perdera a sua pacatez patriótica e estava mergulhada em fervilhante ambiente de sectarismos políticos. Parte da responsabilidade cabia ao franquismo, a outra à propaganda republicana que passara a investir mais seriamente nestes emigrantes. Estreando uma prática que se prolongaria por mais algum tempo, o «Almanach de O Mundo para 1910» (editado em 1909) começou a publicar uma secção intitulada *Republicanos Portugueses do Brasil* com o retrato acompanhado de uma pequena nota biográfica de cada um²². Em consequência deste espinhoso cenário que só manchava a reputação dos portugueses e de Portugal junto do governo brasileiro, instâncias oficiais procuraram encontrar vias alternativas de harmonização. Em janeiro de 1909, a Sociedade de Geografia de Lisboa lançava um concurso e instituiu um prémio pecuniário de 200 mil réis para a melhor memória sobre «o modo mais eficaz de promover a união moral da colónia portuguesa no Brasil com a mãe pátria, apresentando alvitre para evitar a sua desnacionalização e indicando igualmente os meios mais apropriados para lhe dar indispensável força na luta com as outras colónias estrangeiras que ali

²¹ SILVA, 2017.

²² *Republicanos Portugueses do Brasil*, 1909: 117, 193, 207, 233, 273, 279, 287; *Republicanos Portugueses do Brasil*, 1910: 259, 265, 271, 276, 285; BARBOSA, 1909: 173-179.

lhe disputam influência»²³. Em novembro desse mesmo ano, uma nova proposta de Consiglieri Pedroso para a constituição de uma Comissão Luso-Brasileira foi também recebida com entusiasmo²⁴. Estes esforços de apaziguamento e cativação dos emigrantes portugueses no Brasil tinham propósitos muito objetivos e práticos: as finanças portuguesas continuavam a depender seriamente das remessas de dinheiro que os emigrantes enviavam para as suas terras natais, assim como o crescimento da posição de Portugal no seio das importações e do comércio brasileiro dependia quase exclusivamente do vigor, da boa implantação e do desenvolvimento da comunidade de emigrantes portugueses. Para qualquer governo português, monárquico ou republicano, a colónia portuguesa no Brasil era um aliado indispensável e cuja estabilidade e vínculo à mãe-pátria não podiam ser descurados.

O luso-brasileirismo foi a linguagem comum que, por via de um discurso historicista, conseguiu congregiar divergências políticas com um apelo subtil a uma imaginação imperial na qual os próprios emigrantes se podiam vislumbrar como atores. Depois da implantação da República em 1910, veio a provar-se o verdadeiro potencial político desta retórica, tendo sido unicamente através dela que os republicanos em Portugal conseguiram encontrar um ponto de diálogo e conciliação com os homens da colónia portuguesa no Brasil. O que foi decisivo para os destinos políticos do próprio regime, uma vez que a colónia foi durante os primeiros anos da República um ativo agente da reação monárquica e contribuiu seriamente para a contrarrevolução: através do envio assíduo de dinheiro para os conspiradores monárquicos; através da difamação do novo regime na imprensa brasileira e internacional; através do boicote à importação de produtos portugueses; através da denúncia das prisões políticas, entre outras iniciativas diplomáticas de combate ao novo regime.

A «pacificação da colónia portuguesa no Brasil»²⁵, nas palavras de Bernardino Machado no periódico «A Capital», transformou-se numa prioridade para a República portuguesa, uma prioridade que implicava não só a estabilidade interna (perigo de escalada de uma guerra civil), como o reconhecimento internacional do novo regime pelas outras nações. Neste desafio, colónia portuguesa no Brasil e governo brasileiro constituíram-se como duas entidades distintas mas indissociáveis para a diplomacia

²³ «Boletim da Sociedade de Geografia», 1909: 132.

²⁴ Proposta de criação de uma Comissão Luso-Brasileira apresentada pelo presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Consiglieri Pedroso, na sessão de dia 10 de novembro de 1909. A proposta de Consiglieri abriu uma linha de debate que se prolongou ao longo de todo o ano de 1910 na programação da SGL. Constituída em janeiro de 1910, numa sessão com a presença de D. Manuel, a Comissão Luso-Brasileira reuniu-se cerca de 15 vezes e foram apresentadas e publicadas várias comunicações em resposta ao repto de Consiglieri: de Escagnolle Dória, *Da Conveniência de um Accordo Luso-Brasileiro*; de Joaquim Gil Pinheiro, *Os Portuguezes no Brasil. Tomando por Base a Lusa-Colónia em São Paulo*; de Eugénio Egas, *Portugal-Brazil: a iniciativa Consiglieri Pedroso vista de lá para cá*; de A. Ferreira de Serpa, *O Accordo Luso-Brasileiro*; de Augusto Lacerda, *As Duas Pátrias*. Cf. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 1909, 1910. Sobre a reação da colónia às iniciativas da SGL veja-se, por exemplo: *Dois povos abraçando-se, o acordo luso-brasileiro*, 1909: 1; *O Maior Objectivo*, 1910: 1 e *O Acordo Luso-Brasileiro*, 1909: 4.

²⁵ MACHADO, 1914: 1.

da nova República portuguesa. Era impossível pensar num estreitamento de relações com o Brasil sem a colaboração da elite portuguesa que aí residia e que continuava a ter uma forte presença na política, na imprensa e na economia daquele país. Mas, antes de aspirar obter a cooperação da colónia, era, sobretudo, preciso conseguir a sua neutralização. O que só se conseguia recorrendo a uma figura de prestígio como Bernardino Machado, que melhor que ninguém soube falar a linguagem da fraternidade luso-brasileira e pô-la ao serviço de uma consciência imperial difusa e de um historicismo prometidos pela nova República²⁶.

3. O LUSO-BRASILEIRISMO CULTURAL

Mas o Brasil está lá agora numa desvairada moda! Tudo é Brasil. Tudo é como no Brasil. Mudaram os nomes às ruas. À Praça do Príncipe Real passou a chamar-se do Rio de Janeiro, outra rua é do Brasil, outra é do Pará. E a graça actual, vendo os carros eléctricos passarem pela Rua Augusta, é dizer: «Vamos ao Rio de Janeiro por 300 reis»²⁷.

Assim relatava o escritor brasileiro João do Rio, regressado de uma viagem a Portugal em meados de 1911, numa das suas muitas crónicas sobre Lisboa publicadas na «Gazeta de Notícias» do Rio de Janeiro. Efetivamente, o despertar de todos os quadrantes políticos para a ideia da fraternidade luso-brasileira fez com que nas primeiras décadas do século XX, a integração do luso-brasileirismo na consciência imperial portuguesa tenha assumido formas concretas, através da multiplicação de propostas e iniciativas tendo em vista o estreitamento de relações entre Portugal e o Brasil. Deste impulso emergiram várias modalidades de projetos de aliança, tratados e convenções bilaterais ou mesmo de confederação.

As sugestões mais explicitamente declaradas de intervenção institucional na promoção da aproximação luso-brasileira reportavam-se ainda aos finais do século XIX e à ideia do reforço da emigração portuguesa para o Brasil como combate à desnacionalização do país. Em 1902, Sílvio Romero e outros que tais faziam conferências no Real Gabinete Português de Leitura e noutros espaço da colónia defendendo essas teses. Entre 1908 e 1910, as várias conferências na Academia das Ciências de Lisboa e na Sociedade de Geografia de Lisboa vieram propor alternativas de bases para um acordo luso-brasileiro. Depois da implantação da República, as diligências pela aproximação luso-brasileira ganharam um carácter mais político e proliferaram, em Portugal e na colónia no Brasil, comunicações, ensaios e pequenas publicações sobre o assunto²⁸.

²⁶ SILVA, 2015.

²⁷ RIO, 1911: 2.

²⁸ Das quais são de destacar as de RODRIGUES, 1911a, 1911b e de TELLES, 1913a, 1914.

Entre 1915 e 1920, o projeto da revista «Atlântida» congregou gente dos mais variados quadrantes políticos de um lado e do outro do Atlântico, mantendo sempre abertas as várias dimensões dessa luso-brasilidade. Sob uma dupla direção (João de Barros em Portugal e João do Rio no Brasil), a revista tentou o estatuto de uma semioficialidade, estampando na capa a advertência: «Sob o Alto Patrocínio de S. Exas. os Ministros das Relações Exteriores do Brazil e dos Extrangeiros e Fomento de Portugal». Nos seus cinco anos de existência, a «Atlântida» foi um palco eclético por onde passaram quase todas as formas de expressão, mais ou menos assumida, do luso-brasileirismo como discurso político. Desde as tentativas de recuperação do acordo de intercâmbio cultural de Consiglieri Pedroso, à abertura de um inquérito sobre a viabilidade de uma confederação luso-brasileira, passando por reflexões históricas sobre as afirmações da consciência nacional ou sobre a excecionalidade da nação portuguesa e da sua missão civilizadora. Em 1917, em resposta a um repto lançado pelos editores da revista, publicaram-se na revista dezenas de artigos com considerações e propostas de reforço da aliança luso-brasileira, muitas delas já aliviando a hipótese concreta de uma confederação de cariz propriamente político²⁹.

Ressurgiu, efetivamente, por esta altura, a moda das revistas luso-brasileiras, como a célebre «Orpheu» (1915) que começou inicialmente por ser um projeto repartido entre Portugal e o Brasil, tendo, tal como a «Atlântida», um diretor brasileiro (Ronald de Carvalho) e um português (Luís de Montalvor, pseudónimo de Luís da Silva Ramos, antigo secretário da Legação Portuguesa no Rio de Janeiro). Entre 1920 e 1921 a revista «Águia» publicou-se no Rio de Janeiro sob coordenação de António Pinto e António Sérgio. E, entre 1910-1937, a «Revista Portuguesa» publicou-se com o patrocínio da Câmara de Comércio de São Paulo, sob a direção de Ricardo Severo³⁰.

O surto luso-brasileirista expandiu-se com fôlego nos meios culturais aos políticos. Em diferentes quadrantes, portugueses e brasileiros, se aventaram planos para o desenvolvimento de uma política do Atlântico³¹. Em 1918, o deputado Lobo d'Ávila propôs na Câmara dos Deputados a nomeação de uma comissão parlamentar encarregada de estudar os meios de reforço institucional de laços oficiais entre Portugal

²⁹ Cf. RAPOSO, 1945: 26. Vejam-se, por exemplo, os seguintes artigos em diferentes números da «Atlântida»: Moreira Telles, *Relações Luso-brasileiras*, 1 (nov. 1915) 62-67; Alberto de Oliveira, *Os Portugueses no Brazil*, 3 (dez. 1915), 195-204; J. de B., *Uma Ideia a Defender. A Confederação Luso-Brasileira: será possível uma nova e grande Lusitânia?*, 20 (jun. 1917) 659-673; Henrique Lopes de Mendonça, *O Inquérito da «Atlântida»*, *Confederação Luso-Brasileira*, 21 (jul. 1917) 771-773; Magalhães Lima, *O Inquérito da «Atlântida»*, *Confederação Luso-Brasileira*, 22 (ago. 1917) 841-847; Alberto de Oliveira, *O Inquérito da «Atlântida»*, *Confederação Luso-Brasileira*, 23 (set. 1917) 964-966; *A Confederação Luso-Brasileira. Três opiniões: Jaime Magalhães Lima, Alves Ribeiro, Pinto da Rocha*, 26 (dez. 1917) 261-270; Jaime Cortesão, *As Afirmações da Consciência Nacional*, II, III, IV e V, 8, 9, 10 e 11 (jun.-set. 1916) 780-782, 883-886, 947-975 e 1069-1072; Carlos Malheiro Dias, *Recomeçando o Passado*, 14 (dez. 1916) 155-157 e *O Património Histórico do Brasil*, 38 (mai. 1919) 185-195.

³⁰ Entre 1940 e 1942 publicou-se a «Atlântida» que fez a ponte editorial luso-brasileira, já irrevogavelmente impregnada do espírito pan-lusitanista da consciência imperial do Estado Novo. Cf. ALVES, 2009: 66-71 e NEVES, 1992.

³¹ ALMEIDA, 1918; VELLOSO, 1918; MELO, 1919.

e Brasil³². Com o fim do Sidonismo ressurgiu o ideal republicano federal e com ele novas propostas para a organização de um Estado federado português, incluindo o Brasil à esfera de uma Confederação³³. Mas talvez a figura que mais entusiasticamente personificou este luso-brasileirismo de simbiose político-cultural tenha sido João de Barros, que começou a publicar ensaios sobre o Brasil e as relações luso-brasileiras ainda antes do projeto da «Atlântida»³⁴.

O contexto da I Guerra Mundial, e depois do pós-Guerra, ajudou a enquadrar os discursos sobre a necessária solidariedade entre os povos latinos na defesa do legado democrático e civilizacional de que supostamente eram representantes. Do mesmo modo que concedeu alguma seriedade às especulações sobre o campo infinito de vantagens económicas e estratégicas possíveis de obter num hipotético triângulo de alianças entre Brasil, Portugal e os seus territórios atlânticos e africanos³⁵.

4. DA IMAGINAÇÃO IMPERIAL AO NACIONALISMO HISTORICISTA

Mas em inícios dos anos 20 começou a ganhar força um certo repúdio à esterilidade idealista do *projeto luso-brasileiro*³⁶. O exacerbamento nacionalista da época não se compadecia com o tipo de retórica amiúde subserviente, mas também fantasiosa para onde muitas vezes resvalava o discurso em torno da amizade Portugal-Brasil. A afirmação de Portugal no contexto internacional do pós-Guerra obrigava a tratar a questão colonial de forma mais objetiva e consistente. Mas mesmo abandonando os fantasiosos projetos de confederações e alianças, a cativação simbólica do Brasil para a afirmação da vocação colonial portuguesa continuava a ser preciosa.

Foi nesta perspetiva que o Estado português decidiu patrocinar iniciativas de grande imponentia e simbolismo como a realização da travessia aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral do Atlântico Sul e a viagem do presidente da República portuguesa ao Brasil. Em setembro de 1922, o presidente da República, António José de Almeida, fez uma faustosa visita de Estado ao Brasil. Na ocasião, dirigindo-se a

³² «Diário da Câmara dos Deputados», 1918: 6-20.

³³ LEAL, 2006. Cf. também *Lei Orgânica da Federação Nacional Republicana (agremiação de política reformista)*, 1920. Bettencourt Rodrigues fez uma síntese da maior parte destas proposições luso-brasileiras em *Uma Confederação Luso-Brasileira: Factos, Opiniões e Alvitres*. Vd. RODRIGUES, 1923.

³⁴ BARROS, 1919, 1920, 1921.

³⁵ Veja-se o conjunto geral de artigos do número especial de propaganda patriótica: «Atlântida». 25 (nov.1917); e os seguintes artigos em distintos números da mesma revista: Graça Aranha, *A Nação*, 37 (1919) 7-12; J. Gaillard, *Le développement maritime et l'avenir transatlantique du Brésil*, 38 (maio 1919), 167-182; João do Rio, *Portugal-Brasil após a guerra*, e João de Barros, *Portugal, o Brasil e as Colónias Portuguesas*, 40 (jul. 1919) 440-459 e 498-499, respetivamente. Veja-se também PAULO, SILVA, 2001: 279-326.

³⁶ Vejam-se as opiniões críticas neste sentido na revista «Águia», que entre 1920 e 1921 foi publicada no Brasil: nas *Cartas do Brasil*, dos números 101-102 (maio-jun. 1920) 188-196; 103-104-105 (jul.-set. 1920) 38-47; 106-107-108 (out.-dez. 1920) 157-167. E ainda Fidelino Figueiredo, *Um Século de Relações Luso-Brasileiras*. «Revista de História». 14:55 (1925) 161-188 e Carlos Malheiro Dias, *Relações Luso-Brasileiras (Quimeras e Realidades)*. «Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses». Fascículo II (mar. 1924) 193-207.

uma assembleia constituída pelos deputados e senadores da República irmã, António José de Almeida pronunciou as seguintes palavras:

*Ao que me consta, vão dar um último fecho a este primeiro ciclo de sua história, colocando no Corcovado a imagem de Cristo. Fazem bem! Ele é um alto e nobre exemplo para vós, para nós, para todos os que amem sinceramente a humanidade. Eu próprio devo dizer com toda a franqueza que tive pena, ao entrar na baía da Guanabara, de já não o ter visto lá, porque queria saudá-lo, na minha qualidade de português, como tendo sido o primeiro e melhor donatário desta terra e talvez o verdadeiro descobridor dela, porque, se Pedro Álvares Cabral, com sua esquadra, veio aqui em nome do amor da Pátria, veio também, em nome do amor de Deus. [...] Porque eu não vim ao Brasil falar só em nome dos vivos senão também em nome dos mortos, que são os nossos mortos, que são os mortos dos senhores, que são os homens das descobertas, das conquistas, que descobriram e avassalaram o Mundo [...]. É pesada e grave a representação que trago*³⁷.

Mais tarde, nesse mesmo dia, falou no Real Gabinete de Leitura — instituição que funcionava com sede simbólica da emigração portuguesa no Brasil. Nesta ocasião, referiu-se ao Atlântico como «o grande mar lusitano, contido, como entre varais, pela costa do Brasil e pela costa de África, tendo por estábulo de repouso o porto de Lisboa, cais da Europa», e reiterou a sua fé num futuro em que as duas pátrias não seriam «só amigas de todas as horas, mas também as cooperadoras de todos os instantes na mesma obra de engrandecimento para elas e de civilização para o Mundo»³⁸.

Mais de uma década passada sobre os tumultuosos primeiros anos da República portuguesa, António José de Almeida dava finalmente corpo à viagem «infinitamente política» (como lhe havia chamado o rei D. Carlos) do primeiro chefe de Estado europeu a uma antiga colónia. Quinze anos depois do malogro da viagem de D. Carlos, a República escolhia uma data simbólica para a reedição da iniciativa: António José de Almeida deveria chegar no dia 7 de setembro, associando-se diretamente a sua visita à celebração do centenário da independência do Brasil.

Ainda em 1921, o governo português apoiou também a edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, com o objetivo de conceder feição erudita e suposta legitimação científica à ideia de uma vocação colonial do povo português. Em termos de política colonial, esta ideologia era a via da razoabilidade. Um país pequeno e pobre como Portugal estava fadado ao insucesso se tentasse concorrer com as outras potências nos mesmos termos em que elas com-

³⁷ *Apud* DEROUET, 1923: 193-194.

³⁸ *Apud* DEROUET, 1923: 235-237.

petiam entre si. Já desde a Conferência de Berlim (1884-85) que a política portuguesa procurava encontrar uma forma de suplantar essa insanável clivagem entre as suas ambições e os seus recursos. A invocação dos direitos históricos, os inconsistentes esforços de ocupação do *hinterland* africano, a reorganização da administração colonial e as alianças mais ou menos forçadas tinham tido resultados erráticos e frágeis. Nas negociações do pós-Guerra, Portugal manteve os seus territórios coloniais e integrou a Sociedade das Nações, mas o jogo nunca ficara definitivamente fechado³⁹.

O discurso sobre a suposta aptidão colonizadora do povo português já não soava à apologia saudosista e lírica das evocações à idade de ouro dos descobrimentos. Mas mais que um discurso, era um percurso. Passível de ser identificado e estudado. Deixando a História a falar por si: exibia-se o sucesso do Brasil como a mais irrefutável prova das excecionais capacidades colonizadoras do povo português⁴⁰. É intuitivamente claro o quanto esta ficção servia e era servida pela colónia portuguesa do Brasil: os portugueses que, em terras brasileiras, labutavam por uma vida nova fora da terra pátria estavam, de alguma maneira, a dar continuidade a essa missão civilizadora. Não por acaso, a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* foi ideia concebida pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Pará, custeada pelos principais capitalistas da colónia e pensada como um projeto de grande divulgação, com tiragem de 20 000 exemplares vendidos em fascículos em Portugal e no Brasil⁴¹.

Do gradual processo de fusão desta consciência neoimperial com o messianismo regenerador do pensamento republicano nasceu o nacionalismo português de meados do século XX. Um nacionalismo historicista mas simultaneamente moderno. Bem distinto do historicismo cívico que enquadrava o pensamento dos liberais de Oitocentos. Um nacionalismo cultural que já pouco tinha a ver com a cultura do patriotismo cívico do liberalismo. Um nacionalismo já profundamente impregnado de imaginação imperial, ressuscitada e reformada depois de quase um século adormecida. Imagem imperial essa que pressupunha um entendimento simbólico da grandeza de Portugal para além do que a geografia autorizava.

O discurso do luso-brasileirismo, ao mesmo tempo que ajudava a tornar esta ideia de um *Portugal Maior* menos abstrata, era também veículo legitimador de um projeto colonial ambicioso que a República já enunciava e que o Estado Novo pôs em ação. Em 1934, o célebre mapa que mostrava aos portugueses que Portugal não era um país pequeno, por razões óbvias, não incluía o Brasil⁴². Mas, no fundo, ele

³⁹ CARVALHO, MARTINS, 2011; OLIVEIRA, 2011.

⁴⁰ RAMOS, 2000; JERÓNIMO, 2009.

⁴¹ ALVES, 2009: 264.

⁴² Mapa atribuído a Henrique Galvão, exposto na exposição colonial do Porto em 1934, cópia digital disponível na Biblioteca Nacional Digital: purl.pt/11440.

estava lá... Como não podia deixar de ter estado na Exposição do Mundo Português em 1940. E continuou a estar por muito tempo.

Na década de 60, quando o império começou a dar mais sérios sinais de fragilidade, foi do Brasil, pela mão do sociólogo Gilberto Freyre, que veio uma preciosa panaceia para sustentar a posição portuguesa relativamente à questão do indigenato. O famoso luso-tropicalismo freiryano só entrou em força em Portugal nesta época, mas a sua integração no discurso colonial português ajudou por algum tempo o Estado Novo a organizar a sua política de resistência aos ataques da comunidade internacional⁴³.

O fim do império e a transição para a democracia não significaram, naturalmente, o fim da imaginação imperial portuguesa, como o prova o primeiro colossal investimento cultural feito em Portugal com dinheiro da União Europeia: a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, em 1983, dedicada ao tema *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*⁴⁴. Se, por um lado, é verdade que o esforço de integração e consolidação do projeto europeu fez de alguma forma esmorecer saudosismos imperialistas e tentou desviar Portugal da sua dimensão atlântica, por outro lado, no campo de competição cultural entre as várias nações europeias, Portugal continuou a apostar na ideia de uma macro comunidade para negar a sua condição periférica. Como disse Eduardo Lourenço em 1999, «a lusofonia é hoje o nosso mapa cor-de-rosa»⁴⁵. Vinte anos depois continua a fazer-se abusivo uso da ideia de «portugalidade» para combater supostos radicalismos de penitência pelo passado colonial, como a proposta de destruição do conjunto de buxos heráldicos da Praça do Império — com a representação das armas das antigas províncias ultramarinas⁴⁶. Mas se o tampouco neutro conceito de «mundo lusófono» foi por muito tempo genericamente aceite ou tolerado, a utilização do conceito de «portugalidade» já tem sido, nos últimos anos, alvo de profunda controvérsia. Aplicado, ora benévola e ingenuamente nuns casos, ora subversiva e pouco inocentemente noutros, na legitimação de iniciativas de evocação historicista — como a criação do Museu das Descobertas, ou a colocação numa das principais praças da zona histórica de Lisboa de uma estátua do Padre António Vieira de cruz em riste paternalmente circundado de três crianças indígenas —, o conceito tem esbarrado numa feroz frente de combate que, com clara influência de um fluxo internacional, tem vindo a exigir um ato de contrição pública face ao passado colonial português.

⁴³ LOURENÇO, 1976; CASTELO, 1998. As obras paradigmáticas da teoria de Freyre são *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal* (1933) e *O Mundo que o Português Criou: Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colónias Portuguesas* (1949).

⁴⁴ RAMOS, 1997.

⁴⁵ LOURENÇO, 1999: 117.

⁴⁶ FERNANDES, 2021; *Contra o apagamento dos brasões da Praça do Império*, [s.d.].

Independente ou paralelamente à dinâmica destes debates, uma certa percepção não-geográfica da identidade e da estatura de Portugal permanece — embora já não exclusivamente focada no Brasil, sobretudo porque as vagas emigratórias dos 50 e 60 do século XX levaram portugueses para muitos outros destinos. Percepção essa indubitavelmente herdeira da imaginação imperial e que continua a ser identificável no discurso oficial sobre a essência e a potência da nacionalidade portuguesa. Relembre-se o primeiro discurso presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa de 10 de junho de 2016, em Paris⁴⁷. O presidente falou de uma «geografia espiritual portuguesa» que abrangia todas as partes do mundo por onde se espalham as comunidades portuguesas de emigrantes. E com François Hollande ao lado, Marcelo Rebelo de Sousa disse que Paris era também uma capital portuguesa tendo em conta o número de portugueses que ali viviam... o mesmo que um século antes, em 1914, o cônsul Alberto de Oliveira dizia ser o Rio de Janeiro: a segunda cidade portuguesa no mundo, a seguir a Lisboa⁴⁸.

FONTES

Imprensa periódica

A FEDERAÇÃO *Universal dos Povos*. «Victória da República: Almanaque para o Ano de 1889». (1889) 138-139.

«A Pátria». (15 nov. 1890) 1.

BARBOSA, José (1909). *O Brasil*. «Almanach d'A Lucta para 1910» 173-179.

CHAGAS, João (1890). *Um grande exemplo*. «A Republica Portuguesa». (15 nov. 1890) 1.

«Diário da Câmara dos Deputados». (29 jul. 1918) 6-20.

DOIS POVOS *abraçando-se, o acordo luso-brasileiro*. «A Bandeira Portuguesa». (11 dez. 1909) 1.

LIGA *para a confederação dos povos latinos*. «A República». (22 abr. 1890) 1.

MACHADO, Bernardino (1914). *Dois países irmãos: A família portuguesa no Brasil*. «A Capital». (4 fev. 1914) 1.

O ACORDO *Luso-Brasileiro*. «Portugal Moderno». (1 dez. 1909) 4.

O MAIOR *Objectivo*. «A Bandeira Portuguesa». (20 jan. 1910) 1.

«Os Debates». (23 nov. 1889).

REPUBLICANOS *Portugueses do Brasil*. «Almanach de O Mundo para 1910». (1909) 117, 193, 207, 233, 273, 279, 287.

REPUBLICANOS *Portugueses do Brasil*. «Almanach de O Mundo para 1911». (1910) 259, 265, 271, 276, 285.

RIO, João do (1911). *Notícias de Portugal*. «Gazeta de Notícias». (7 jun. 1911) 1-2.

SALGADO, Heliodoro A. (1889). *A União Latina*. «A Victoria da Republica. Almanach para 1890» 176-182.

SAUDAÇÃO *à Republica dos Estados Unidos do Brasil*. «A Republica». (15 nov. 1890) 1

⁴⁷ SOUSA, 2016.

⁴⁸ OLIVEIRA, 1919: 15.

Outras fontes impressas

- ALMEIDA, João de (1918). *Visão do Crente*. Porto: Companhia Portuguesa.
- BARROS, João de (1919). *A Aproximação Luso-Brasileira e a Paz: Conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto em 25 de Março de 1919*. Lisboa: Liv. Aillaud; Bertrand.
- BARROS, João de (1920). *Caminho da Atlântida: Uma Campanha Luzo-Brasileira*. Lisboa. Livr. Profissional.
- BARROS, João de (1921). *Sentido do Atlântico*. Lisboa: Aillaud; Bertrand.
- BOAVENTURA, Visconde de São (1908). *A Pasta de um Jornalista*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- «BOLETIM da Sociedade de Geografia de Lisboa». 27ª Série (1909); 28ª Série (1910).
- COUTINHO, D. Rodrigo de Souza (1993). *Memória sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América (1797)*. In *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, t. III, pp. 47-66.
- DEROUET, Luís (1923). *Duas Pátrias: O que foi a Viagem do Sr. Dr. José António de Almeida ao Brasil*. Lisboa: Sociedade Editora O Mundo.
- DIAS, Carlos Malheiro, dir. (1921). *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Porto: Litografia Nacional.
- FREYRE, Gilberto (1949). *O Mundo que o Português Criou: Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colónias Portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo.
- FREYRE, Gilberto (1994 [1933]). *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.
- LEI Orgânica da Federação Nacional Republicana (agremiação de política reformista)*. [S.l.:s.n.], 1920.
- MELO, Aldo de Cavalcanti (1919). *A Confederação Luso-Brasileira: Esboço de construção jurídica*. Funchal: Typ. Diario de Noticias.
- MONTALVOR, Luís de (1935). *História do Regimen Republicano em Portugal*. Lisboa: Ática, vol. I.
- OLIVEIRA, Alberto (1919). *Na Outra Banda de Portugal: Quatro Anos no Rio de Janeiro*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada.
- RAPOSO, Hipólito (1945). *Folhas do Meu Cadastro*. Lisboa: Edições Gama, vol. I.
- RODRIGUES, Bettencourt (1911a). *A Pátria e o Povo Portuguez*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- RODRIGUES, Bettencourt (1911b). *A Republica Portuguesa: Resposta aos que a difamam: Conferência realizada no Rio de Janeiro na noite de 10 de Abril de 1911 no salão do Jornal do Commercio*. Lisboa: Clássica Editora.
- RODRIGUES, Bettencourt (1923). *Uma Confederação Luso-Brasileira: Factos, Opiniões e Alvitres*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- SOUZA, Marcelo Rebelo de (2016). *Discurso do 10 Junho de 2016 em Paris*. [Consult. 11 ago. 2016]. Disponível em <<http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=109046>>.
- TELLES, Moreira (1913a). *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes.
- TELLES, Moreira (1913b). *O Brasil e a Emigração*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes.
- TELLES, Moreira (1914). *Brazil e Portugal: Apontamentos para a História das Relações dos dois Paizes*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes.
- VELLOSO, Duarte (1918). *A Confederação Luso-Brasileira: conferência realizada no dia 3 de Maio de 1918 no Grémio Luiz de Camões*. Curitiba: Imprensa Paranaense.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Valentim (2000). *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim (2004). *Império português. Ideologia e economia (1830-1890)*. «Análise Social». XXXVIII:169, 959-979.

- ALVES, Jorge Luís dos Santos (2009). *Malheiro Dias e o Luso-Brasileirismo: um Estudo de Caso das Relações Culturais Portugal-Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento.
- BELL, Duncan (2016). *Reordering the world: essays on Liberalism and Empire*. Princeton: University Press.
- CARVALHO, Thiago; MARTINS, Fernando (2011). *As Relações luso-brasileiras*. In MENESES, Filipe Ribeiro de; OLIVEIRA, Pedro Aires, coord. *A I República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 179-205.
- CASTELO, Cláudia (1998). «O Modo Português de Estar no Mundo»: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento.
- CASTRO, Celso (2000). *Os Militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão, eds. (2006). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- CATROGA, Fernando (1985). *Nacionalismo e Ecumenismo: A «Questão Ibérica» na segunda metade do século XIX*. «Cultura — História e Filosofia». IV, 419-463.
- CONTRA o apagamento dos brasões da Praça do Império: Pela nossa Praça do Império, pela Portugalidade, pela Inteligência e pelo Encontro. [Consult. 29 maio 2021]. Disponível em <<https://peticaopublica.com/?pi=PT105983>>.
- FERNANDES, Ferreira (2021). *Praça do Império: a Guerra dos Buxos*. «Mensagem de Lisboa». (2 mar. 2021). [Consult. 29 maio 2021]. Disponível em <<https://amensagem.pt/2021/03/02/cronica-ferreira-fernandes-belem-praca-do-imperio-a-guerra-dos-buxos/>>.
- FERREIRA, Roquinaldo (2012). *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FIGUEIREDO, Fidelino (1925). *Um Século de Relações Luso-Brasileiras*. «Revista de História», 14:55, 161-188.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2009). *Livros Brancos, Almas Negras: A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português, c. 1870-1930*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- LEAL, Ernesto Castro (2006). *A Ideia federal no republicanismo português (1910-1926)*. «Revista de História das Ideias». XXVII, 251-291.
- LOURENÇO, Eduardo (1976). *Brasil — caução do colonialismo português*. In LOURENÇO, Eduardo. *O Fascismo Nunca Existiu*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 37-49.
- LOURENÇO, Eduardo (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- MAGALHÃES, José Calvet de (1997). *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*. Lisboa: Quetzal.
- MARQUES, João Pedro (1999). *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MATOS, Sérgio Campos (2007). *Representações da Crise Finissecular em Portugal (1890-1910)*. In HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍIA, Artur, coord. *Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal 1889-1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 17-33.
- NEVES, João Alves das (1992). *As Relações Literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira (2020). *Dimensões do governo colonial em Moçâmedes e suas conexões com o Brasil: trabalho, negócios e conflitos, 1840-1860*. «Mundos do Trabalho». 12, 1-27.
- OLIVEIRA, Pedro Aires (2011). *O Factor Colonial na Política Externa da Primeira República*. In MENESES, Filipe Ribeiro de; OLIVEIRA, Pedro Aires, eds. *A I República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 299-332.

- PAQUETTE, Gabriel (2010). *After Brazil: Portuguese Debates on Empire, c. 1820-1850*. «Journal of Colonialism and Colonial History». 11: 2 (Fall).
- PAQUETTE, Gabriel (2013). *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- PAULO, Heloisa; SILVA, Armando B. Malheiro da (2001). *Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso: a construção da colônia ideal e o ideal colonialista*. In RAMOS, Maria Bernadete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa, org. *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos — Editora Universitária, pp. 279-326.
- RAMOS, Rui (1997). *Tristes Conquistas: a Expansão Ultramarina na Historiografia Contemporânea (c. 1840-1970)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Dissertação para provas de acesso a investigador auxiliar.
- RAMOS, Rui (2000). *Um Novo Brasil de um Novo Portugal: A história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX*. «Penélope». 23, 129-152.
- SILVA, Isabel Corrêa da (2012). *O Espelho Fraternal: o mito do 31 de Janeiro na interface Portugal-Brasil*. In ROLLO, Maria Fernanda, coord. *Congresso Internacional I República e Republicanismo — Atas*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 175-186.
- SILVA, Isabel Corrêa da (2013). *O Espelho Fraternal: o Brasil e o Republicanismo Português na Transição para o Século XX*. Lisboa: Divina Comédia.
- SILVA, Isabel Corrêa da (2015). *A Disputa entre monárquicos e republicanos pela afeição política da colônia portuguesa no Brasil (1889-1914)*. In ROLLO, Maria Fernanda; SANTOS, Yvette, coord. *Ecos das Migrações: memórias e representações dos migrantes século XIX-XX*. Coimbra: Almedina, pp. 17-39.
- SILVA, Isabel Corrêa da (2017). *The monarchical engagement of Portuguese immigrants in Brazil: a case of nineteenth-century transnational politics*. «Atlantic Studies: Literary, Cultural and Historical Perspectives». 15:4, 539-558.
- VICENTE, Ana; VICENTE, António Pedro (1998). *O Príncipe Real Luiz Filipe de Bragança, 1887-1908*. Lisboa: Inapa.
- VICENTE, Filipa Lowndes; GOMES, Inês Vieira (2018). *Tensions of empire and monarchy: the African tour of the Portuguese crown prince in 1907*. In ALDRICH, R.; MCCREERY, C., eds. *Royals on tour: politics, pageantry and colonialism*. Manchester: Manchester University Press, pp.146-168.

